

ARTICULAÇÃO

ITINERÁRIOS

HUMANAS

BNCC 

Complexo memorial do Genocídio Armênio (Tsitsernakaberd Armenian Genocide Memorial Complex).
Yerevan, Armênia, 24 de abril de 2015.



O dia 24 de abril é considerado a data-símbolo do Genocídio Armênio. Nesse dia, em 1915, na cidade de Constantinopla (atual Istambul), centenas de lideranças e pessoas notáveis da comunidade armênia foram presas, deportadas e mortas, seguidas de outras milhares. Em 2021, 106 anos após o ocorrido, o presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, oficializou o reconhecimento do Genocídio Armênio por seu país. Esse episódio, no entanto, é apenas parte da história e da luta do povo armênio.

V Pela primeira vez, presidente dos EUA declara que reconhece o genocídio armênio

Redação, O Estado de S. Paulo

O presidente Joe Biden reconheceu formalmente que os assassinatos e deportações sistemáticas de centenas de milhares de armênios pelas forças do Império Otomano no início do século 20 foram “genocídio” — usando um termo para designar as atrocidades que seus predecessores da Casa Branca evitaram por décadas, por preocupações de alienação da Turquia.

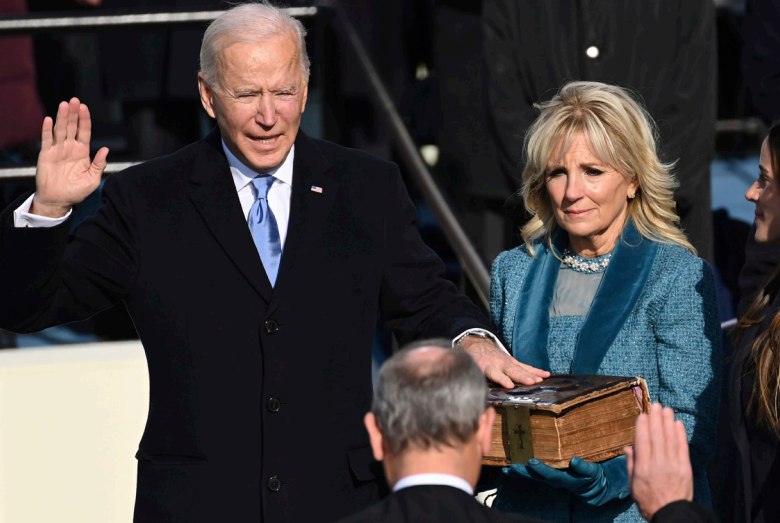
O ministro das Relações Exteriores turco, Mevlut Cavusoglu, disse que a Turquia “rejeita totalmente” a decisão dos EUA, que ele disse ter sido baseada “apenas no populismo”. “Não temos nada a aprender com ninguém sobre nosso próprio passado. O oportunismo político é a maior traição à paz e à justiça”, disse Cavusoglu no Twitter.

Com o reconhecimento, Biden cumpriu uma promessa de campanha que fez há um ano — neste sábado, se celebra o Dia da Memória do Genocídio Armênio — para reconhecer que os eventos de 1915 a 1923 foram um esforço deliberado para exterminar os armênios.

Biden usou uma proclamação presidencial para fazer o pronunciamento. Embora os presidentes anteriores tenham oferecido reflexos sombrios desse momento da história por meio de proclamações do dia da lembrança, eles cuidadosamente evitaram usar o termo genocídio por temer que isso complicasse as relações com a Turquia — um aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e importante potência no Oriente Médio.

Mulheres e crianças armênias resgatadas em Der'a na primavera de 1918.





Joe Biden faz o juramento ao tomar posse da presidência dos EUA em 20 de janeiro de 2021. Na imagem, o vemos fazendo seus votos com a mão posta sobre um exemplar da Bíblia. Biden é apenas o segundo presidente eleito dos EUA autodeclarado católico, fator entendido como relevante para o reconhecimento do genocídio do povo armênio, cujo país foi o primeiro do mundo a adotar o cristianismo como religião oficial no início do século IV. Mais da metade da população armênia dos dias de hoje se autointitula membro da Igreja apostólica armênia.

Mas Biden fez campanha com a promessa de fazer dos direitos humanos um guia central de sua política externa. Ele argumentou, ao fazer a promessa no ano passado, que deixar de chamar as atrocidades contra o povo armênio de genocídio abriria o caminho para futuras atrocidades em massa.

Estima-se que 2 milhões de armênios foram deportados e 1,5 milhão foram mortos nos eventos conhecidos como Metz Yeghern. Durante um telefonema na sexta-feira, Biden informou ao presidente turco Recep Tayyip Erdogan de

seu plano de divulgar o comunicado, disse uma pessoa familiarizada com o assunto que não foi autorizada a discutir publicamente a conversa privada e falou sob condição de anonimato.

O genocídio armênio é reconhecido por cerca de 30 países e pela comunidade histórica. Embora não traga consequências legais, a designação incomoda Ancara, que rejeita o termo “genocídio” e nega qualquer menção a extermínio, enquanto evoca massacres recíprocos com um fundo de guerra civil e fome que deixou centenas de milhares de mortos dos dois lados.

Cem membros do Congresso pediram a Biden em uma carta que cumprisse com a promessa eleitoral de reconhecer o genocídio armênio. O Congresso americano reconheceu formalmente os massacres como genocídio em dezembro de 2019 em uma votação simbólica.

“O vergonhoso silêncio do governo dos Estados Unidos com relação ao fato histórico do genocídio armênio tem sido mantido por tempo demais e deve acabar”, diz a carta.

Depois que o Parlamento holandês aprovou uma moção em fevereiro exigindo o governo a reconhecer o genocídio, a Turquia disse que a medida “buscava reescrever a história com base em motivações políticas”.

Diante da expectativa da declaração de Biden, o ministro turco das Relações Exteriores, Mevlut Cavusoglu, disse em entrevista nesta semana que “declarações que não são legalmente vinculantes não trarão benefícios, mas prejudicarão os laços [...] Se os Estados Unidos quiserem piorar os laços, a decisão é sua”.

PELA primeira vez, presidente dos EUA declara que reconhece o genocídio armênio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2021. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,pela-primeira-vez-presidente-dos-eua-declara-que-reconhece-o-genocidio-armenio,70003691702>>. Acesso em: 2 jun. de 2021.



Manifestantes carregam retratos de intelectuais armênios em protesto em Istambul ocorrido em abril de 2021, em memória ao ataque contra armênios em 1915.

> Armênia agradece aos EUA pelo histórico reconhecimento de genocídio

Resolução foi aprovada por uma votação de 405 a 11 e irritou Turquia

AFP e Correio do Povo

A Armênia agradeceu nesta quarta-feira os Estados Unidos depois que a Câmara de Representantes reconheceu o genocídio armênio, em uma votação simbólica e sem precedentes que fez a Turquia reagir e convocar o embaixador americano em Ancara. “A Armênia agradece profundamente os membros da Câmara de Representantes por sua votação resoluto e impressionante [...] que mostra sua fidelidade infinita com a verdade, a justiça, a humanidade, a solidariedade e os valores universais dos direitos Humanos”, disse o ministério armênio das Relações Exteriores em comunicado. O Brasil fez tal reconhecimento em 2015.

O primeiro-ministro armênio, Nikol Pashinyan, elogiou a decisão como um “passo valente rumo à verdade e à justiça histórica, que também oferece consolo aos milhões de descendentes dos sobreviventes do genocídio armênio”, escreveu no Twitter. Um sentimento compartilhado por muitos armênios nas ruas de Erevan, capital do país. “Estou contente que os Estados Unidos tenham finalmente reconhecido o genocídio”, afirmou Koriun Hakobian, um sapateiro de 69 anos. “Agora outros países seguirão o exemplo”, acredita.

Por sua vez, o presidente turco Recep Tayyip Erdogan declarou nesta quarta que o reconhecimento do genocídio armênio “não tem nenhum valor”. “Dirijo-me ao público americano e ao resto do mundo: esta medida não tem nenhum valor, não a reconhecemos”, declarou Erdogan durante um discurso perante os deputados do seu partido em Ancara. “Na nossa fé [muçulmana], o genocídio é proibido [...] Vemos esta acusação como o maior insulto a nossa nação”, acrescentou o presidente turco. Herdeiro político e cultural do Império Otomano, o país euroasiático repudia o uso da palavra “genocídio” e fala de massacres recíprocos em um contexto de guerra civil e fome, que deixou centenas de milhares de mortos nos dois lados.

Nikol Pashinyan na ocasião de sua escolha como primeiro-ministro da Armênia. Jornalista e ativista, Pashinyan foi um dos líderes das revoltas populares que ficaram conhecidas como Revolução de Veludo (da Armênia), em 2018. Opositor do então presidente Serzh Sargsyan, que, com uma manobra política, tentava sua terceira reeleição, Pashinyan mantém boa popularidade mesmo após os conflitos em Nagorno-Karabakh, e em 2021 teve seu mandato renovado.





Hrant Dink, integrante da minoria armênia na Turquia, era o editor-chefe do semanário bilingue Agos e colunista diário de importantes jornais turcos.

Conhecido por defender os direitos humanos das minorias armênias que vivem na Turquia, foi frequentemente apontado como anti-nacionalista, tendo sido ameaçado de morte diversas vezes e processado pelo tribunal turco em razão de suas críticas à postura do Estado quanto ao reconhecimento do genocídio e da diáspora armênia. Foi assassinado no centro de Istambul em 19 de janeiro de 2007, aos 52 anos de idade, por um jovem turco ultranacionalista. Seu assassinato é considerado um marco do negacionismo contemporâneo do genocídio armênio.

Também nesta quarta-feira, a Turquia convocou o embaixador americano em Ancara, David Satterfield, para protestar contra a “decisão sem fundamentos jurídicos adotada pela Câmara de Representantes”, indicaram fontes do governo turco. “Um país cuja história é marcada por genocídios e escravidão não tem o direito de nos fazer críticas, nem o direito de nos dar lições”, lançou Erdogan.

Votação histórica reconheceu genocídio

Na terça-feira, a Câmara de Representantes americana admitiu, por ampla maioria, a classificação de genocídio armênio durante votação que provocou aplausos no plenário. A resolução foi aprovada por uma votação de 405 a 11. Foi a primeira vez que uma resolução sobre este tema foi submetida a uma votação em uma das Casas do Congresso americano. Trinta países e a maioria dos historiadores reconhecem o genocídio armênio. Segundo estimativas, entre 1,2 milhão e 1,5 milhão de armênios morreram na Primeira Guerra Mundial nas mãos de tropas do Império Otomano, então aliado da Alemanha e do Império austro-húngaro.

A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, juntou-se a seus colegas “em solene lembrança de uma das grandes atrocidades do século XX”. O candidato presidencial Joe Biden disse que a votação honrou a memória das vítimas. Ele twittou: “Ao reconhecer esse genocídio, honramos a memória de suas vítimas e juramos: nunca mais”.

Em abril de 2017, pouco depois de chegar à Casa Branca, o presidente Donald Trump definiu o massacre dos armênios em 1915 como “uma das piores atrocidades de massa do século XX”, apesar de ter evitado a palavra “genocídio”. Antes de ser eleito em 2008, seu predecessor, Barack Obama, havia se comprometido a reconhecer o genocídio, o que não fez. Agora, isso acontece num momento de tensão nas relações entre Washington e Ancara, aliados na Otan.

A operação lançada pela Turquia [...] no noroeste da Síria contra uma milícia curda aliada dos Estados Unidos provocou a ira de autoridades e legisladores americanos. Após o texto sobre o “genocídio”, a Câmara de Representantes adotou na terça um texto prevendo sanções contra as autoridades turcas ligadas à ofensiva. Trump, que inicialmente pareceu dar seu aval à ação turca ao anunciar a retirada das tropas americanas posicionadas no norte da Síria, reforçou o tom e autorizou sanções contra a Turquia. Mas estas foram retiradas na sequência de um acordo entre Ancara e Washington, prevendo o fim da ofensiva turca em troca da retirada dos combatentes curdos de uma área de fronteira da Turquia.

ARMÊNIA agradece aos EUA pelo histórico reconhecimento de genocídio. **Correio do Povo**, 30 out. 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/arm%C3%AAnia-agradece-aos-eua-pelo-hist%C3%B3rico-reconhecimento-de-genoc%C3%ADdio-1.376505>>. Acesso em: 29 jun. de 2021.

Mulheres combatentes do exército curdo na Síria. Os destacamentos de mulheres curdas armadas, vinculados ao PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) vêm ocupando um lugar importante na disputa pela consolidação do território do Curdistão. Sua forte atuação no combate ao Estado Islâmico na região em questão fez que recebessem apoio financeiro estadunidense, um ponto de desestabilização das relações entre os Estados Unidos e a Turquia. Os turcos resistem à concessão de território para a formação do novo Estado e historicamente têm tomado posição repressora em relação às organizações políticas curdas.





Um crime centenário e seus desdobramentos na política internacional contemporânea

O reconhecimento do genocídio armênio por parte do governo de Joe Biden, no dia 24 de abril de 2021 — data em que se comemora o movimento que expropriou, deportou e levou à morte mais de 1 milhão de armênios —, reacendeu um debate centenário que faz parte da pauta política da Armênia, das várias comunidades da diáspora armênia no mundo todo e, claro, da Turquia, que continua a negar a intenção de um plano genocida argumentando que as mortes ocorridas no contexto da Primeira Guerra Mundial foram mortes de civis relacionadas ao conflito e ao suposto apoio dos armênios ao Império Russo, seu adversário naquele contexto.

Apesar da importância do debate, a reparação dos crimes pelos quais a Turquia é responsabilizada, sendo herdeira histórica do Império Otomano, não se resolve com o reconhecimento do governo estadunidense. O ato de Joe Biden, dada a importância política dos Estados Unidos em todo o globo, pode encorajar, a longo prazo, novos processos de reconhecimento das mortes e deportações de armênios. Esse posicionamento, no entanto, pode ser entendido como parte de uma mudança nas estratégias de influência geopolítica estadunidense no Oriente Médio.

Enquanto Donald Trump era próximo e confiava na Turquia sob o comando do presidente Recep Tayyip Erdogan como uma espécie de procuradora dos Estados Unidos em conflitos de mútuo interesse no Oriente Médio, o governo de Biden busca construir uma imagem antagônica à de seu antecessor e, de acordo com a tradição intervencionista na região que caracteriza o Partido Democrata, procura estar mais presente e limitar a influência turca na região.

Para além desse entendimento, o reconhecimento dos crimes perpetrados pelo Império Otomano como genocídio à comunidade armênia estadunidense também havia sido uma promessa de campanha de Biden, que, como cristão católico, mantém um histórico de relação com o grupo que foi importante para sua eleição, especialmente na costa oeste, onde vivem os descendentes armênios mais influentes.

O presidente turco Erdogan demonstrou indignação diante do reconhecimento do genocídio armênio por parte dos Estados Unidos, alegando “oportunismo político”, como demonstram as matérias da seção Contato Imediato. Seu governo tem experimentado uma relação mais hostil com os países ocidentais nos últimos tempos, a exemplo das tensões recentes com o presidente francês Emmanuel Macron diante da insistência turca em ser aceita como membro da União Europeia e da sinalização de



que o bloco seguirá negando a entrada da Turquia por questões de direitos humanos, repressão política autoritária interna e uso político dos milhões de refugiados sírios que vivem em seu território como moeda de troca em questões internacionais.

Outros aspectos da política turca que desagradam os europeus e o atual governo estadunidense são o envolvimento da Turquia em questões políticas na Líbia e o crescimento da atuação

O presidente francês Emmanuel Macron em encontro com o presidente turco Recep Tayyip Erdogan durante conferência realizada em Paris em janeiro de 2018. Em 2020, com a intensificação da influência turca em conflitos no Oriente Médio, Macron se manifestou pedindo que o presidente turco parasse com a “espiral perigosa de confrontos” e foi rebatido por Erdogan, que questionou sua “saúde mental”. A interferência turca em conflitos regionais é um dos motivos pelos quais a entrada do país na União Europeia tem sido barrada, em especial pela França. Erdogan, por sua vez, também tem criticado Macron por recentes falas consideradas islamofóbicas em relação a atentados de grupos religiosos islâmicos que ocorreram em Nice, no litoral de França, em outubro de 2020.

militar do país em conflitos regionais, que envolvem, por exemplo, a relação com a Irmandade Muçulmana e seus líderes egípcios, que se estabeleceram na Turquia após o golpe de 2013.

Pode-se entender, assim, que o recente reconhecimento do Genocídio Armênio por parte do presidente estadunidense é um fato político relevante nas relações internacionais contemporâneas e faz parte de uma história mais do que centenária que ainda carece de muitos estudos para ser completamente compreendida.

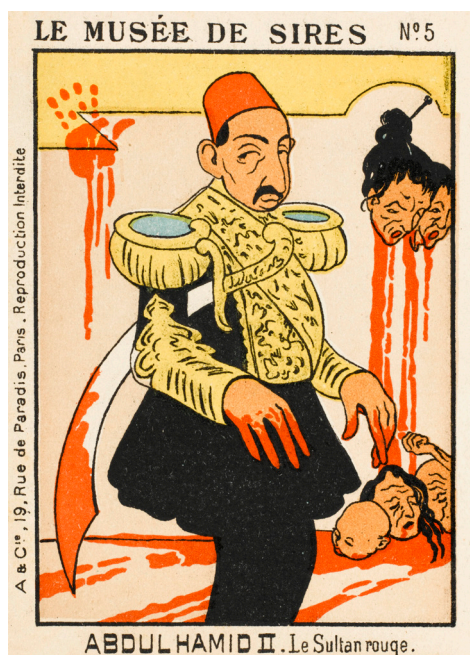
O início da chamada questão armênia

Desde meados do século XIX, conflitos de identidade nacional faziam-se presentes no Império Otomano. A presença armênia nos limites imperiais era muito expressiva na capital Istambul, em regiões do Mar Mediterrâneo próximas à Síria e, especialmente, nas províncias do leste, que eram ponto de contato direto com o Império Russo.

EXTENSÃO TERRITORIAL DO IMPÉRIO OTOMANO EM 1683 E 1914



Nesse contexto, o Império Otomano buscou consolidar seu controle territorial, impondo um domínio político e cultural hegemônico sobre regiões em disputa e englobando sob seu domínio povos cristãos das regiões da Anatólia e dos Bálcãs, como armênios e gregos.



A revista francesa **Le Musée de Sires** retrata criticamente o Sultão Abdul Hamid II, que recebeu a alcunha de Sultão Vermelho por conta da violência de seu governo contra as minorias cristãs, no contexto dos chamados massacres hamidianos, ataques otomanos que mataram cerca de 200 mil a 300 mil armênios entre 1894 e 1896, em um prelúdio do genocídio que ocorreria mais adiante, em 1915. Paris, 1896.

Alguns desses povos, como os gregos, conquistaram sua autonomia política ainda nas primeiras décadas do século. Outros, no entanto, como foi o caso dos armênios, continuaram subjugados pelo domínio otomano, que foi dissolvido apenas durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando a alta incidência de conflitos intensificou um quadro já instaurado de instabilidade política, perda de territórios e crise fiscal no império.

O período em que a busca pela hegemonia otomana mais se intensificou ocorreu durante o comando do Sultão Hamid II (1876–1908), o Sultão Vermelho. A busca pela criação de um Estado com base em valores islâmicos colocou as minorias, sobretudo as cristãs, na posição de traidoras da unidade imperial, radicando ideias de soberania islâmica como o Pan-islamismo e incentivando práticas racistas e de perseguição que delimitavam os “inimigos” e “questões internas” a se resolver no Império Otomano.

Na mesma época em que ocorriam as movimentações políticas de Abdul Hamid II, o espírito nacionalista crescia na Europa, influenciando a formação de novas ideias e valores entre os povos subjugados pelo Império Otomano. A formação das nações europeias deu o tom para as aspirações de maior liberdade e autonomia das populações minoritárias dominadas. Os armênios passaram, então, a buscar a formação de uma organização política nacional no império que se contrapunha à política de consolidação de um Estado de base islâmica. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros partidos políticos armênios.

O conflito se intensifica

Já no século XX, em 1908, num contexto de disputas e perda de territórios, conflitos e crise fiscal, o sultão otomano Abdul Hamid II (1842–1918) sofreu um golpe de um grupo de jovens militares chamado Comitê União e Progresso e foi afastado do poder, tendo sido completamente retirado do controle do Império Otomano em 1913, pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Esse comitê conhecido como Jovens Turcos colocou-se à frente do poder formando um governo de triunvirato, sob o comando do ministro da Defesa, Ismail Enver (1881–1922), do ministro do Interior, Mehmed Talat (1874–1921), e do ministro da Marinha, Ahmed Djemal (1872–1922).



O movimento dos Jovens Turcos teve início em 1889 entre estudantes e militares e espalhou-se gradualmente para outros setores da população que se opunham à monarquia do sultão Abdul Hamid II. Em 1906, com a fundação oficial do Comitê para a União e o Progresso, o grupo tornou-se um partido político que atraiu muitos jovens e conseguiu construir, após a derrubada de Abdul Hamid II, uma rica tradição de contestação que marcou a vida artística, intelectual e política no final do período otomano.



A partir desse momento, os esforços otomanos para a formação de um império islâmico passaram a ser substituídos pelo processo de formação de um Estado turco e muçulmano, organizado pela ideia de hegemonização política e cultural que daria origem ao Pan-turquismo.



Em 1913, os otomanos perderam a Guerra dos Balcãs (também conhecida como Primeira Guerra Balcânica), uma disputa pelos territórios remanescentes do Império Otomano, para uma coligação que reunia Grécia, Sérvia, Bulgária e Montenegro. O conflito enfraqueceu o poder do Império e aumentou os sentimentos anticristãos por parte do governo dos Jovens Turcos, influenciando os combates relacionados ao Genocídio Armênio, que viriam a se agravar durante a Primeira Guerra Mundial, em 1914.

Em meio aos conflitos e às derrotas otomanas para a Rússia durante a guerra de 1914 e a conquista de diversos territórios otomanos pelos russos, o governo dos Jovens Turcos se viu enfraquecido e, em uma tentativa de manter a unidade territorial, buscou “resolver” de vez a questão dos armênios e de outras minorias cristãs. Foi deliberado, então, um conjunto de medidas militares contra a população armênia sob o pretexto de “reestabelecer a ordem em zonas de guerra”, alegando traição e conivência com o inimigo russo.

As Marchas para a Morte

Por meio da gestão militar do Comitê União e Progresso, o Império Otomano, enfraquecido pelas derrotas e pelo isolamento regional, aplicou políticas de extermínio contra os armênios e tentou fazer o mesmo com outras minorias não muçulmanas, além de expropriar e confiscar suas propriedades.

As chamadas Marchas para a Morte foram longas caminhadas de deportação, planejadas como um violento processo de homogeneização do futuro Estado turco e conduzidas pela Organização Especial, o grupo paramilitar que respondia diretamente ao Comitê União e Progresso. A terra que era ocupada por armênios foi desapropriada, vendida e repovoada por turcos étnicos e curdos convertidos à religião muçulmana, alguns destes diretamente envolvidos na Organização.

As caravanas de deportação eram lideradas especialmente por três grupos: a Organização Especial, os gendarmes (polícia do interior) e as tribos curdas, os chamados Hamidiye, grupos que haviam sido organizados na década de 1890 sob o comando de Abdul Hamid II.

Nesse processo, os homens aptos ao exército foram desarmados e forçados a trabalhar até a morte; a população que ficava nas cidades e vilas — ou seja, mulheres, crianças e idosos — foi expulsa de suas casas e conduzida a pé, por grupos armados a cavalo, em direção ao Deserto de Del-El-Zor, a oeste da região da Mesopotâmia.



GENOCÍDIO ARMÊNIO: ROTAS DAS MARCHAS PARA A MORTE

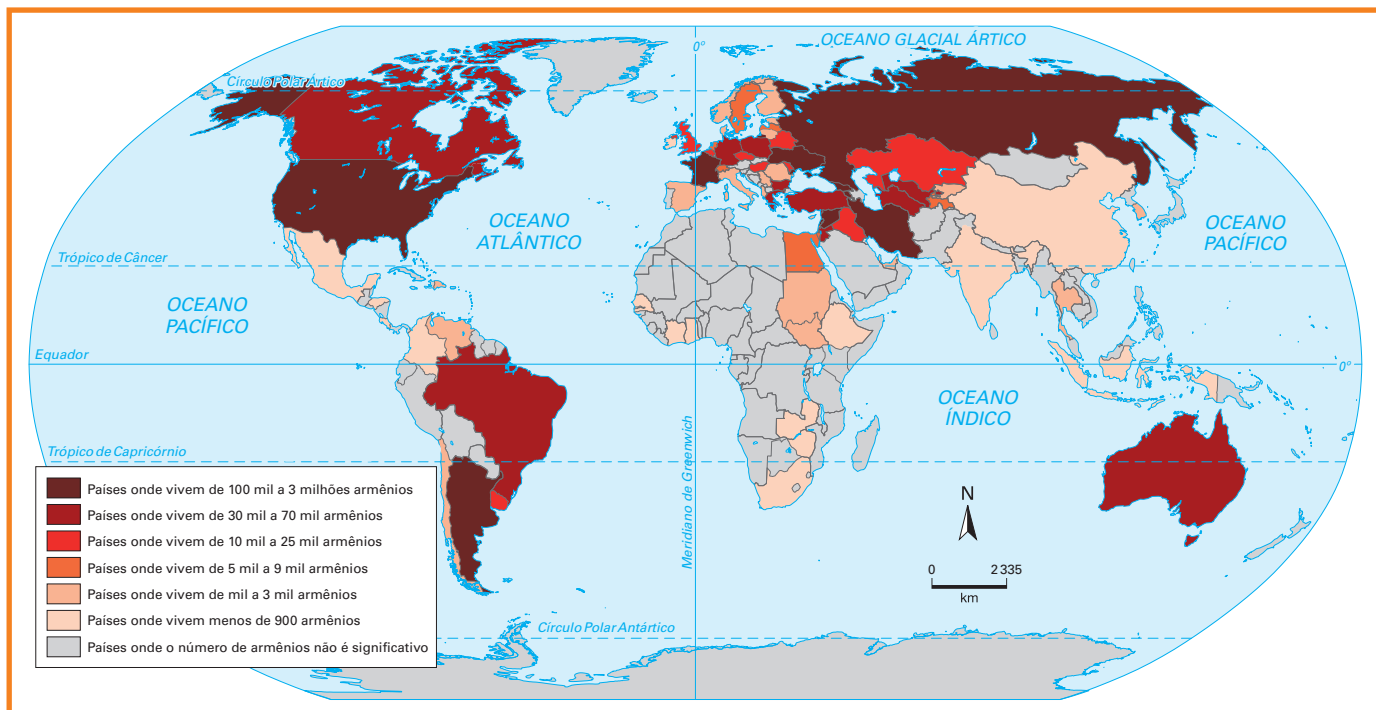


Fonte: Armenians National Committee of America.

A maior parte das pessoas morria ao longo das marchas de deportação, e muitas crianças foram parar em orfanatos na Síria e no Líbano. Diversas jovens foram “adotadas” e proibidas de expressar a cultura armênia (religião, língua, costumes), sofrendo abusos de todo tipo, distinções sociais e violências no âmbito doméstico.

Muitos dos sobreviventes viram-se obrigados a migrar para outras regiões do mundo pela impossibilidade de retornar à Armênia dadas as circunstâncias a que foram submetidos.

DIÁSPORA ARMÊNIA DECORRENTE DO GENOCÍDIO



A violência e o objetivo deliberado de exterminar o povo armênio fez com que ele fosse reconhecido oficialmente como um genocídio por 29 países no mundo, incluindo o Brasil e o Vaticano. No entanto, o assunto é, ainda hoje, polêmico na Turquia, que herdou o território da Anatólia do Império Otomano e cujo Estado se nega a reconhecer como genocídio os atos criminosos cometidos no contexto da Primeira Guerra Mundial.

De fato, tanto a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 quanto a Resolução de Roma, na qual se apoia o Tribunal Penal Internacional, afirma explicitamente que “atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” são considerados genocídio. Porém, eles não são retroativos, ou seja, não poderiam ser aplicados no caso turco, anterior à resolução. Por isso, a pressão internacional por reparação aos armênios ganha importância.

Apesar disso, algumas testemunhas oculares de diversas nacionalidades fizeram registros sobre o genocídio, a exemplo do missionário protestante Johannes Lepsius (1858–1926), do embaixador estadunidense na Turquia Henry Morgenthau (1856–1946), e do primeiro-ministro britânico William Gladstone (1809–1898), que se opuseram à postura turca.



Deportação de armênios de Erzurum para a Mesopotâmia, perto da aldeia de Sushehir. A foto foi tirada pelo biólogo austríaco Victor Pitchman [1881-1956] durante as deportações forçadas.

O primeiro livro a respeito do assunto foi escrito no calor da hora, em 1916, pelo historiador Arnold Toynbee, intitulado **Atrocidades turcas na Armênia**, e alertava o mundo para o plano de extermínio do povo armênio.

Os testemunhos de diplomatas, jornalistas e religiosos são importantes na medida em que reportaram fatos semelhantes ocorridos em regiões distintas no Império Otomano em um período específico, o que comprova a intenção genocida do governo.

Mesmo com todos os documentos que validam o argumento do genocídio, o povo armênio que vive na Anatólia e na Armênia e os descendentes da diáspora imposta a milhares de armênios buscam, ainda nos dias atuais, o reconhecimento e a reparação dos crimes humanitários centenários a que seus antepassados foram submetidos.

A guerra de Nagorno-Karabakh e a atualidade das tensões com a Turquia

Entre 27 de setembro e 10 de novembro de 2020, o conflito entre o Azerbaijão e a Armênia na região de Nagorno-Karabakh chamou a atenção da comunidade internacional.

O embate retratado nas mídias é um resquício do conflito que transpassa a região do Cáucaso pela disputa do controle da região e teve origem durante a redefinição de territórios e a realocação de populações decorrentes das vitórias russas em batalhas contra os otomanos durante a Primeira Guerra Mundial. Essas redefinições resultaram de acordos feitos entre o governo soviético de Joseph Stálin e o governo turco de Mustafá Kemal Atatürk após a formação da República Turca.

REGIÃO DE NAGORNO-KARABAKH





Entre as décadas de 1980 e 1990, o gradual colapso da URSS ocasionou um novo reajuste territorial e populacional na região. Nesse momento, os armênios iniciaram uma ofensiva contra o Azerbaijão para “reconquistar territórios históricos”, em uma guerra que durou seis anos (1988–1994) e matou mais de 30 mil pessoas, tendo sido vencida pela Armênia.

Em 22 de novembro de 2020, após o fim da guerra em Artsakh (Nagorno–Karabakh), armênios acompanham os enterros dos soldados mortos em conflito no Cemitério Memorial Militar de Yerablur, na cidade de Yerevan, Armênia.

Desde o cessar-fogo de 1994, os países envolvidos convivem com a chamada “guerra de baixa intensidade”, um estado de conflito permanente em que atos de guerra são cometidos de maneira isolada e imprevisível. Esse contexto, que se estende por mais de duas décadas, acirrou os discursos nacionalistas e racistas de ambas as partes, organizando a economia para uma possível guerra e direcionando a política dos países envolvidos.

Em 2020, o conflito ocorreu de maneira diferente. Uma ofensiva do Azerbaijão, que durou semanas, conquistou diversas posições nas partes sul e oeste dos territórios em disputa. O cessar-fogo só foi possível com a intervenção política da Rússia, que, por sua vez, ampliou a presença de seu efetivo militar nas áreas de contato entre os países em disputa, ampliando também, novamente, sua influência política e militar no Cáucaso.

Apesar de suas origens remontarem à Primeira Guerra Mundial, as disputas pelo território de Nagorno–Karabakh é resultado do fim da URSS e do reavivamento de antigas desavenças reprimidas pelo regime soviético, onde repúblicas de composições étnicas diversas foram silenciadas e que, ao se tornarem independentes, exibiram suas feridas abertas.

Assim, as tensões recentes também reanimaram a centenária animosidade entre armênios e turcos, sendo os últimos declaradamente apoiadores e favoráveis à tomada dos territórios pelo seu “país irmão”, o Azerbaijão.

O Genocídio Armênio, como vimos, se desdobra na diáspora de seu povo ao redor do mundo e em questões territoriais atuais. Mesmo que o recente reconhecimento do genocídio por parte do governo de Joe Biden tenha trazido esperança por justiça aos descendentes dos sobreviventes, ele hoje se insere em um contexto maior de migrações em massa, conflitos étnicos em que minorias são constantemente assediadas e a ameaça de que eventos semelhantes possam voltar a ocorrer diante de nossos olhos.



◀ **Artur Attarian C. Camarero** é graduado e licenciado em Geografia e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo [USP]. Suas pesquisas têm ênfase em Geografia econômica e estudos de migração. Atualmente, é educador e professor de Geografia da rede privada de ensino.

Principais eventos relacionados ao genocídio armênio

- 1878 – Congresso de Berlim: potências europeias reclamam por mais direitos para as populações cristãs no Império Otomano
- 1890 – Fundação da Federação Revolucionária Armênia em Tbilisi, Geórgia, conhecido como Dashnaksutyun, um partido de origem socialista que deu origem ao atual Partido Nacionalista Armênio
- 1894 a 1896 – Massacres hamidianos: cerca de 300 000 armênios mortos
- 1904 – Genocídio contra os hereros no protetorado alemão em África (futura Namíbia) – Considerado o primeiro genocídio do século XX
- 1908 – Golpe de estado dos “Jovens Turcos” diminui o poder do governo do Sultão Vermelho no Império Otomano
- 1909 – Massacre de 30 000 armênios na cidade de Adana
- 1912 a 1913 – Guerra dos Bálcãs: Império Otomano perde territórios e a retórica anticristã ganha força
- 1913 – O triunvirato dos “Jovens Turcos” depõe o sultão Abdul Hamid II e toma o poder
- 1914 a 1918 – Primeira Guerra Mundial
- 1915 – Início do Genocídio Armênio marcado pela deportação que ficou conhecida como **Marcha para a Morte**
- 1917 – Revolução Russa
- 1918 – Formação da República da Armênia após vitória em batalhas contra o decadente Império Otomano
- 1920 – Armênia é incorporada ao território soviético
- 1921 – Movimento nacionalista turco se fortalece
- 1922 – Armênios e gregos são expulsos da Turquia
- 1923 – Tratado de Lausanne sela o reconhecimento internacional da nova República da Turquia como sucessora do extinto Império Otomano
- 1939 a 1945 – Segunda Guerra Mundial
 - 1941 – Holocausto
 - 1945 – Bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki
- 1948 – Convenção sobre Genocídios da ONU
- 1948 – Criação do Estado de Israel
- 1989 – Queda do Muro de Berlim
- 1991 – Fim da União Soviética: ocorre uma reorganização territorial das repúblicas que faziam parte da URSS – Fundação da República da Armênia
- 2001 – França e Itália reconhecem o Genocídio Armênio
- 2007 – Assassinato de Hrant Dink em Istambul
- 2015 – Centenário do Genocídio Armênio – **Senado brasileiro reconhece o Genocídio Armênio** – Alemanha reconhece o Genocídio Armênio
- 2016 – Azerbaijão e Armênia aumentam a intensidade do conflito pelo controle do território de Nagorno-Karabakh, quando ocorre a Guerra dos Quatro Dias, em abril
- 2018 – Revolução Armênia de 2018: protestos contra o terceiro mandato de Serzh Sargsyan o fazem renunciar ao cargo de primeiro-ministro e o líder à frente do levante, Nikol Pashynian, assume o posto
- 2020 – Conflito em Nagorno-Karabakh se intensifica em setembro e Azerbaijão conquista partes do território. A Rússia medeia o acordo de cessar-fogo e aumenta seu efetivo nas áreas de contato entre Armênia e Azerbaijão
- 2021 – O presidente estadunidense Joe Biden reconhece os crimes perpetrados pelo Império Otomano contra o povo armênio como genocídio no dia 24 de abril, o Dia da Memória do Genocídio Armênio – Eleições parlamentares antecipadas renovam mandato de Nikol Pashynian como primeiro-ministro da Armênia, apesar das derrotas militares em Nagorno-Karabakh



1915 Mulher ampara crianças durante a caminhada pelo deserto nas marchas de deportação do povo armênio.



1917 Pôster da União Soviética com a imagem do líder Vladimir Lênin.

1989 Cartão-postal da queda do Muro de Berlim.

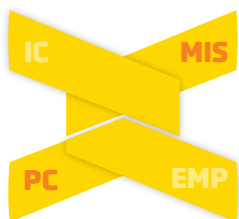


2018 Mulheres participam da Revolução Armênia de 2018.

1915 Caravanas de deportação do povo armênio, expulso de seus lares no Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial.



2021 Pessoas participam de comício no Washington Square Park, Nova York, depois que o presidente Biden reconheceu formalmente o genocídio que ocorreu na Armênia em 1915. Imagem de 24 de abril de 2021.



- > **Processos criativos**
- > **Mediação e Intervenção Sociocultural**

As propostas de atividade podem facilmente ser realizadas fora da sala de aula, caso as aulas estejam em modelo remoto ou híbrido. Considere propor o uso de dispositivos tecnológicos para as discussões em grupo, planilhas e editores de texto compartilhados, aplicativos de mensagens de texto, redes sociais, entre outros.

- 1.** System of a Down é uma banda de metal alternativo formada por Serj Tankian (vocalista), Daron Malakian (guitarrista e vocalista), John Dolmayan (baterista) e Shavo Odadjian (baixista), todos descendentes de sobreviventes do Genocídio Armênio que vivem nos Estados Unidos e cresceram em Glandale, cidade próxima a Los Angeles, onde vivem muitos descendentes da diáspora armênia. Em suas letras, a banda, mundialmente conhecida, traz mensagens engajadas na luta pelo reconhecimento do Genocídio Armênio. Seus membros produziram, até mesmo, um documentário sobre os genocídios em tempos modernos, com destaque para o caso armênio, no qual tratam a negação da Turquia e a posição de neutralidade dos Estados Unidos em relação ao conflito no período em que o filme foi gravado. Para saber mais sobre a trajetória musical e política da banda, faça uma pesquisa na internet sobre suas origens e seu ativismo. Vale matérias jornalísticas, vídeos e *podcasts*!
- 2.** Em duplas, pesquisem na internet a letra da música “P.L.U.C.K.”, da banda System of a Down, e façam a tradução. Procurem anotar as palavras desconhecidas e depois pesquisar seus significados. Tentem contextualizar as frases de acordo com nossa forma de falar português e analisar o assunto abordado na letra para, em seguida, dividirem suas análises com o restante da turma.
- 3.** Por último, discutam com seus colegas sobre os conteúdos que estudaram nesta edição do Articulação e analisem a relação entre essas informações e os temas debatidos e reivindicados pela banda System of a Down como descendentes e representantes da causa armênia no Ocidente. Busquem dialogar sobre as consequências dos problemas abordados para os indivíduos afetados e suas redes de convivência e sobre os desdobramentos internacionais do reconhecimento do Genocídio Armênio pelo governo estadunidense de Joe Biden em 2021.



Os temas e as atividades que compõem este material buscam construir com os estudantes um diálogo sobre a formação dos estados do Cáucaso e do Oriente Médio e sua relação com conflitos geopolíticos e religiosos seculares que afetaram e ainda afetam a vida de milhões de pessoas ao redor do globo.

A análise desses conteúdos tem como objetivo promover debates e reflexões que despertem a criticidade dos estudantes a respeito de temas como a violência de Estado, o respeito aos direitos humanos e o reconhecimento e a reparação de crimes humanitários, contribuindo também para o entendimento de dimensões de duração e o impacto de acontecimentos históricos para as populações por eles afetadas.

No que se refere às relações geopolíticas, os temas tratados contribuem para a compreensão dos desdobramentos atuais de eventos históricos que vêm moldando as relações entre países do Ocidente e do Oriente desde os séculos passados.

Na BNCC:

- EMIFCG01
- EMIFCG04
- EMIFCG07
- EMIFCG08
- EMIFCHSA01
- EMIFCHSA03
- EMIFCHSA07

Conteúdos abordados:

- Genocídio Armênio
- Império Otomano
- Primeira Guerra Mundial
- Migrações forçadas
- Diáspora
- Intolerância religiosa
- Formação das Repúblicas pós-URSS
- Relações internacionais
- Geopolítica

Da informação à reflexão: dados e fontes em Ciências Humanas

Neste ciclo 2021, **Articulação Itinerários CHSA** aborda temas que se relacionam à utilização de fontes e dados nas Ciências Humanas, explorando as formas e a importância da coleta e da produção de dados e informações para a apreensão de fenômenos sociais, a construção de conceitos, a definição de políticas públicas e o avanço da ciência.

ARTICULAÇÃO ITINERÁRIOS

HUMANAS

AGOSTO | 2021 EDIÇÃO Nº 7



Diretor-geral

Ricardo Tavares de Oliveira

Diretor adjunto de Sistema de Ensino

Cayube Galas

Gerente de conteúdo

Júlio Ibrahim

Gerente de produção e design

Leticia Mendes de Souza

Editora

Amanda Bonuccelli Voivodic

Editores assistentes

Leandro Alves Gomes

Luiza Grecco e Marques

Colaboradores

Fernanda de Lima Bernardes

Henrique Bosso da Costa

Maíra de Freitas Bechtold

Coordenador de eficiência e *analytics*

Marcelo Henrique Ferreira Fontes

Supervisora de preparação e revisão

Adriana Soares de Souza

Assistente editorial

Renata Slovac Savero

Preparação e revisão

Equipe FTD

Coordenadora de imagem e texto

Marcia Berne

Pesquisa de iconografia

Equipe FTD

Coordenadora de criação

Daniela Máximo

Supervisor de produção e arte

Fabiano dos Santos Mariano

Projeto gráfico

Bruno Atilli

Editora de arte

Adriana Maria Nery de Souza

Créditos das imagens:

p.1. Nelliapoyan/Shutterstock.com; p.2. CPA Media Pte Ltd/Alamy/Fotoarena; p.3. SAUL LOEB/picture-alliance/dpa/AP Images/Imageplus, YASIN AKGUL/AFP; p.4. Gleb Garanich/Reuters/Fotoarena; p.5. Burak Kara/Getty Images; p.6. quetions123/Shutterstock.com; p.8. LUDOVIC MARIN/AFP/Getty Images, Allmaps; p.9. Mary Evans/Grenville Collins P/ImagePlus, CPA Media Pte Ltd/Alamy/Fotoarena; p.10. Robert Adrian Hillman Shutterstock.com, Allmaps; p.11. Allmaps; p.12. FLHC 1F/Alamy/Fotoarena, Allmaps; p.13. Gevorg Ghazaryan/Shutterstock.com; p.14. Acervo pessoal; p.15. Hugo Araújo (Imagens do infográfico: CPA Media Pte Ltd/Alamy/Fotoarena, nefitali/Shutterstock.com, World History Archive/Alamy/Fotoarena, Alexander Chizhenok/Shutterstock.com, Joe Tabacca/Shutterstock.com, CPA Media Pte Ltd/Alamy/Fotoarena)